AMBIENTE & EDUCAÇÃO
Revista de Educação Ambiental
E-ISSN 2238-5533

O engajamento em ações educativas não formais em tempos de pandemia: um olhar sobre os sujeitos da ação educativa com perfil de escolaridade básica incompleta

Suely Fernandes Coelho Lemos[1]
Instituto Federal Fluminense (IFF)
orcid.org/0000-0001-8255-5736

Sílvia Alice Martínez[2]
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)
orcid.org/0000-0001-9612-6924

Resumo: O artigo analisa o engajamento de sujeitos sem escolaridade básica completa em ações educativas no campo da educação não formal durante a pandemia da Covid-19. A análise tomou como referência pesquisa qualitativa realizada em projeto de educação ambiental do Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos. A diversidade no perfil dos sujeitos da ação educativa nesse campo representou grande desafio no período do isolamento social. Os resultados demonstraram que o engajamento dessas pessoas é favorecido pelo seu maior envolvimento em outros projetos e movimentos sociais.
Palavras-chave: engajamento; educação ambiental crítica; educação não-formal; pandemia; ação educativa remota.

[1] Doutora em Educação pela Universidade Estado de Sá. Professora Aposentada da Secretaria de Estado de Educação do RJ e Técnica em Assuntos Educacionais Aposentada do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense. Atua como Pedagoga e Pesquisadora no Projeto "Territórios do Petróleo" do Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos. Tem experiência na área de Educação, Pesquisa e Gestão. sufcoelho@yahoo.com.br

[2] Pós-Doutora em Educação pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa – Portugal. Professora Associada da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. silviamartinezterritorios@gmail.com

Revista Ambiente & Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG
v. 28, n. 01, Julho de 2023.
Recebido em: 03/06/2022
Aceito em: 30/06/2023

Compromiso en Acciones Educativas No Formales en Tiempos de Pandemia: una mirada a los sujetos de acción educativa con perfil de escolaridad básica incompleto

Resumen: El artículo analiza la participación de sujetos sin educación básica completa en acciones educativas en el campo de la educación no formal durante la pandemia de la Covid-19. El análisis tomó como referencia una investigación cualitativa realizada en un proyecto de educación ambiental del Programa de Educación Ambiental de la Cuenca de Campos. La diversidad en el perfil de los sujetos de la acción educativa en este campo representó un gran desafío en el período de aislamiento social. Los resultados mostraron que el compromiso de estas personas se ve favorecido por su mayor involucramiento en otros proyectos y movimientos sociales.
Palabras-clave: compromiso; educación ambiental crítica; educación no formal; pandemia; acción educativa a distancia.

Engagement in Non-Formal Educational Actions in Pandemic Times: a look at the subjects of educational action with incomplete basic education profile

Abstract: The article analyzes the engagement of subjects without complete basic education in educational actions in the field of non-formal education during the Covid-19 pandemic. The analysis was based on qualitative research carried out in an environmental education project of the Campos Basin Environmental Education Program. The diversity in the profile of the subjects of educational action in this field represented a great challenge in the period of social isolation. The results showed that the engagement of these people is favored by their greater involvement in other projects and social movements.
Keywords: critical environmental education; non-formal education; pandemic; remote educational action

INTRODUÇÃO

A pandemia do novo coronavírus - SARS-CoV-2, causador da Covid 19 - que assola o mundo desde o final do ano de 2019, impactou todos os setores da vida humana: saúde, educação, trabalho, lazer, relações interpessoais, dentre outros. Para programas e projetos da educação não formal, o cenário pandêmico veio representar grande desafio e impôs aos educadores busca por conhecimentos, em especial na área das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (NTICs) e de formas alternativas de motivar a participação dos Sujeitos da Ação Educativa (SAEs), em busca de seu engajamento nas ações propostas.

Revista Ambiente & Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG
v. 28, n. 01, Julho de 2023.
Recebido em: 03/06/2022
Aceito em: 30/06/2023

Neste artigo, analisaremos o engajamento de sujeitos sem escolaridade básica completa em ações educativas no campo da educação não formal durante a pandemia da Covid-19. Para este estudo, foi desenvolvida pesquisa de natureza qualitativa cujos métodos foram: pesquisa bibliográfica, documental, observação participante e pesquisa de campo. Um questionário semiestruturado foi aplicado aos socioeducadores de um projeto desenvolvido no Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos (PEA-BC), o Projeto Territórios do Petróleo (TP). O referido programa é uma exigência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) como condicionante para o licenciamento ambiental federal e tem como objetivo desenvolver ações pedagógicas, no âmbito da educação ambiental em sua vertente crítica, como condicionante para o licenciamento ambiental federal às empresas exploradoras de recursos naturais.

O TP é um projeto onde ações educativas no campo da educação ambiental crítica vêm se desenvolvendo desde o ano de 2013 e têm sido campo de estudos e pesquisas. O projeto, que tem por objetivo diminuir a desinformação sobre royalties e qualificar os sujeitos impactados pela exploração de petróleo e gás para exercerem o controle social sobre o uso desses recursos pelo poder público municipal, foi estruturado em fases com objetivos e ações pedagógicas próprias, conforme apresentado em seus Planos de Trabalho (PEA-TP, 2013; 2016; 2019). A fase I iniciou em 2013 e teve como meta mobilizar as comunidades impactadas e criar Núcleos de Vigília Cidadã (NVCs); a fase II desenvolveu-se a partir de 2016, e seu foco foi consolidar os NVCs, municiar de informações os participantes, e produzir conhecimentos por meio da ação pedagógica. Já a fase III, iniciada em 2020 e em desenvolvimento até a presente data objetiva aprofundar, por exemplo, conhecimentos sobre orçamento público, royalties, transparência de Informações das instâncias públicas de poder e preparar esses NVCs para compartilharem em suas comunidades tais informações, com vistas às incidências políticas e, em especial, acompanhar a destinação desses recursos em seus municípios.

Revista Ambiente & Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG
v. 28, n. 01, Julho de 2023.
Recebido em: 03/06/2022
Aceito em: 30/06/2023

As atividades do projeto TP são desenvolvidas em dez municípios do estado do Rio de Janeiro para grupos sociais de comunidades impactadas pela exploração de petróleo e gás e definidas segundo o Diagnóstico Participativo (2012) do PEA-BC. Além de reuniões ordinárias quinzenais, nas quais a ação educativa inspirada nos princípios da educação popular se desenvolve, outros eventos, de mesma natureza, também são realizados, tais como: seminários, oficinas, simpósios, reuniões comunitárias, dentre outros.

As atividades educativas do projeto, antes da pandemia, eram realizadas presencialmente nas sedes do projeto nos municípios envolvidos, porém, no período compreendido entre setembro de 2020 a março de 2022, tendo em vista o cumprimento das medidas sanitárias incluindo o isolamento social, foram desenvolvidas de forma remota.

Dadas as características diversas dos sujeitos da ação educativa (SAEs) que circulam em programas e projetos da educação ambiental crítica, no campo da educação não formal - faixa etária, escolaridade, gênero, condição socioeconômica e condição de moradia, dentre outras e, ainda, considerando a natureza desses projetos - o foco, os objetivos e o caminho metodológico que propõem, o desenvolvimento das atividades de forma remota pareceu representar um imenso desafio.

Nossa motivação para a construção do artigo está no desejo de contribuir para estudos no campo da Educação Ambiental crítica do tipo não formal, desenvolvidas no âmbito do licenciamento ambiental federal, em especial àquelas ações educativas executadas no período de isolamento social imposto pela pandemia do coronavírus e suas variantes.

Para melhor contextualização dos dados e argumentos considerados neste artigo, entendemos relevante apresentar, inicialmente, uma abordagem sobre a educação não formal, por ser ela o campo em que as ações educativas de projetos do licenciamento ambiental federal, como o projeto TP, se desenvolvem. Ainda nesse tópico, fizemos uma breve reflexão sobre a Educação Ambiental e Educação Ambiental Crítica (EAC) como o modelo de educação ambiental que alicerça a ação educativa do projeto e sua relação com a

Revista Ambiente & Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG
v. 28, n. 01, Julho de 2023.
Recebido em: 03/06/2022
Aceito em: 30/06/2023

educação popular. Em seguida, apresentamos uma reflexão sobre o perfil das pessoas que participam de projetos educacionais no campo da EAC do tipo não formal, aqui considerados os SAEs do TP. O tópico seguinte de análise foi o engajamento desses sujeitos na ação pedagógica no campo da EAC não formal; já os desafios enfrentados pelo projeto TP na pandemia constituiu o outro tópico. Por fim, apresentamos a pesquisa de campo: seus resultados e discussão, por meio da leitura e análise dos dados coletados pela pesquisa.

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA NÃO FORMAL – O CAMPO ONDE AÇÕES EDUCATIVAS DE PROJETOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL VINCULADOS AO LICENCIAMENTO AMBIENTAL FEDERAL SE DESENVOLVEM

Analisando a literatura, é possível perceber que o conceito de educação não formal ainda parece um pouco difuso e impregnado de elementos que abordam modelos políticos, econômicos e sociais. Bendrath (2014), em sua tese intitulada “A Educação Não-Formal a Partir dos Relatórios da UNESCO”, analisa a diversidade de visões sobre a educação não formal. Em seus argumentos, por exemplo, cita Garcia (2009) em cuja definição, segundo ele, defende que “educação não-formal não é um conceito pronto e a sua definição não está dada; ela está sendo criada, produzida e recriada” (GARCIA, 2009, apud BENDRATH, 2014, p.51).

Neste presente estudo, adotaremos a compreensão de que a ação pedagógica desenvolvida no campo da educação do tipo não formal, de modo geral, é aquela que ocorre em espaços sociais, na maioria das vezes, marcados por desigualdades, processos de exclusão, negação de direitos, conflitos causados por injustiças sociais de diversas formas, com destaque neste artigo para as socioambientais. Esse tipo de educação, assim compreendido, atinge as categorias mais vulnerabilizadas da sociedade, como por exemplo, determinados grupos de homens e mulheres que vivem em locais e situações de conflito como os (as) ribeirinhos (as), ou de comunidades rurais, quilombolas, pescadores e mulheres da pesca, as pessoas que vivem em assentamentos ou acampamentos de movimentos “sem terra”, etc.

Revista Ambiente & Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG
v. 28, n. 01, Julho de 2023.
Recebido em: 03/06/2022
Aceito em: 30/06/2023

Por sua natureza, de acordo com Gohn (2001), a educação não formal acontece fora das instituições formais de ensino. Dentre os campos ou dimensões que, segundo a autora, designam o processo educacional não formal, destacamos neste artigo aqueles que envolvem: “a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos” e “a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos” (GOHN, 2001, p. 98-99). Essas dimensões são as que mais se aproximam dos objetivos das ações educativas que visam qualificar os SAEs para os enfrentamentos que lhes são impostos nas situações que envolvem, por exemplo, as questões socioambientais.

Por envolver a aprendizagem política, de acordo com a autora, o processo pedagógico nesse modelo de educação “gera a conscientização dos indivíduos para a compreensão de seus interesses e do meio social e da natureza que o cerca, por meio da participação em atividades grupais” (GOHN, 2001, p.98). Esse argumento encontra fundamento em Freire (1979), que trata da conscientização como conceito central de suas reflexões a respeito do papel que deve assumir a educação para a libertação. Segundo o teórico, a conscientização “[...] consiste no desenvolvimento crítico da tomada de consciência. A conscientização implica, pois, que ultrapassemos a esfera espontânea de apreensão da realidade, para chegarmos a uma esfera” (FREIRE, 1979, p. 26).

Em torno da Educação Ambiental também existem diferentes percepções e debates que enveredam por caminhos teóricos e ideológicos. Sua discussão perpassa espaços formais e não formais da educação. Nos espaços formais, outrora trabalhada como tema transversal nos Parâmetros Curriculares Nacionais, após a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), segundo Andrade e Piccinini (2017), passou a ser concebida de forma difusa no eixo “Intervenção no mundo natural e social” (ANDRADE; PICCININI, 2017, p.2).

Já nos espaços não formais e, em especial nos programas e projetos da Educação Ambiental, como exemplo o PEA-BC e o projeto TP desse programa,

Revista Ambiente & Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG
v. 28, n. 01, Julho de 2023.
Recebido em: 03/06/2022
Aceito em: 30/06/2023

a educação ambiental tem centralidade na condução dos objetivos e discussões sobre os conflitos socioambientais. Esse modelo de Educação Ambiental se inscreve, segundo Loureiro (2009, p. 37) nas “premissas teóricas que definem a Educação Ambiental numa perspectiva transformadora”, em contraposição às “tendências politicamente conservadoras que dissociam o social do ambiental, sob bases conceituais idealizadas e dualistas entre sociedade e natureza”.

Também a esse respeito é importante destacar as contribuições de Layrargues e Lima (2014, p.29) ao indicarem três macrotendências que consideram “modelos político-pedagógicos para a Educação Ambiental” brasileira, sendo elas: a conservacionista, que segundo os autores (2014, p.30) “não questiona a estrutura social vigente em sua totalidade, apenas pleiteia reformas setoriais”; a pragmática que segundo eles atende ao modelo neoliberal, isentando a responsabilidade do Estado com políticas públicas especialmente no campo ambiental; e a crítica, que de acordo com os autores (2014, p.33), “aglutina as correntes da Educação Ambiental Popular, Emancipatória, Transformadora e no Processo de Gestão Ambiental”.

Segundo Layrargues (2012, p. 393), a visão crítica é a única que “declara explicitamente o pertencimento a uma filiação político-pedagógica”. Segundo o autor (2012, p. 394), essa macrotendência, diferente das conservacionista e pragmática, “tem na intervenção político-pedagógica dos casos de Conflitos Socioambientais a sua identidade exclusiva”

A visão crítica da educação ambiental é a adotada, por exemplo, pelo Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos (PEA-BC) e os projetos educativos que o compõem. As ações educativas desenvolvidas nesse campo e, em especial, pelo projeto TP, se inspiram nos princípios da educação popular que orientam seus processos educativos no campo da EAC não formal. Ainda referenciando os autores Layrargues e Lima (2014), a Educação Popular, cujos princípios orientam ações educativas no campo da EAC, se inspira em Paulo Freire e outras teorias críticas de vieses marxistas e neomarxistas, que, segundo eles:

> pregavam a necessidade de incluir no debate ambiental a compreensão dos mecanismos da reprodução social, de que a relação

Revista Ambiente & Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG
v. 28, n. 01, Julho de 2023.
Recebido em: 03/06/2022
Aceito em: 30/06/2023

> entre o ser humano e a natureza é mediada por relações sócio-culturais e de classes historicamente construídas (LAYRARGUES; LIMA, 2014, p.29).

Uma das grandes contribuições da educação popular, além de sua proposta metodológica, é a máxima de que é a conscientização por grupos sociais que vivem relações de opressão e por vezes conflituosas, geradas por disputas de espaços socioambientais, que conduzirá esses grupos às condições mais justas do enfrentamento e da luta por seus direitos. Magalhães e Loureiro (2016, p. 132) ao abordarem "A educação ambiental crítica do licenciamento offshore", argumentam que a problematização é fundamental para a resolução dos problemas socioambientais, e que ela deve levar os sujeitos envolvidos "ao conhecimento da sua dinâmica causal e dos agentes sociais envolvidos". A problematização, de acordo com os princípios da educação popular, promove diálogos coletivos para a resolução das situações da realidade.

OS SUJEITOS QUE PARTICIPAM DE PROJETOS EDUCACIONAIS NO CAMPO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO TIPO NÃO FORMAL – SUJEITOS DA AÇÃO EDUCATIVA

De acordo com as características da educação não formal e da educação popular, são considerados sujeitos da ação educativa todas as pessoas envolvidas na ação. No caso prático do projeto TP em que as ações pedagógicas são desenvolvidas em Núcleos de Vigília Cidadã (NVC) – espaços geossociais onde o processo educativo se realiza -, são considerados sujeitos: os membros dos NVCs, os socioeducadores, a equipe técnica, os gestores e os pesquisadores. Essa conformação, de acordo com o que inspira a educação popular, defende que todos os envolvidos possuem saberes, conhecimentos e vivências que, valorizados, contribuem para os processos de produção de novos conhecimentos necessários para o desenvolvimento das pessoas, das ações e intervenções necessárias.

Considerando que a vigília cidadã é um movimento e uma prática cujos efeitos interventivos na realidade serão mais produtivos se realizados coletivamente, é necessário que a ação educativa que prepara para esse exercício seja capaz de aguçar a escuta crítica, provocar a reflexão sistemática

Revista Ambiente & Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG
v. 28, n. 01, Julho de 2023.
Recebido em: 03/06/2022
Aceito em: 30/06/2023

sobre as informações que circulam nos grupos sociais e qualificar diálogos como instâncias de poder.

Portanto, um aspecto importante da ação educativa no campo da educação não formal e que merece reflexão é o perfil dos sujeitos que interagem na ação. Conforme observação em atividades dos NVCs do projeto TP e a análise do traçado do perfil dos membros que participam do projeto apresentado num documento denominado "Quem Somos" (PEA-TP, 2002) foi possível verificar que maioria dos sujeitos possuem vivências em lutas sociais, pertencem a algum movimento social e participam de outros projetos no campo da educação não formal, tais como projetos de educação ambiental do PEA-BC.

Quando se trata de projetos educativos que buscam qualificar grupos sociais para suas lutas e disputas em âmbitos espaciais próprios, tais como os conflitos socioambientais, por exemplo, uma característica que integra o perfil desses sujeitos é o de se sentir pertencente à comunidade que representa e que, por vezes, está envolvido em ações nessa comunidade, com práticas de engajamento. Para estes, a educação não formal é o espaço de fortalecimento comunitário e de qualificação para a participação nas lutas sociais e tomadas de decisão.

Quando consultamos os planos de trabalho do projeto TP encontramos definido o traçado do perfil dos sujeitos para quem as ações educativas daquele projeto se dirigem. O documento basilar desse traçado é a Nota Técnica nº 01/10, que determina: "atender a um público diversificado" (Ibama, 2010). Portanto, fiel ao perfil traçado, os SAEs trazem em sua constituição grande diversidade e muitos desafios, mas que também revelam grande potencial de crescimento e desenvolvimento do grupo, dado o permanente diálogo entre diferentes culturas, vivências, experiências e saberes apresentados nos debates próprios da formação.

Sobre a diversidade constituir-se como potencialidade, no plano de trabalho da fase III do projeto em pauta, esse argumento é assim apresentado: "foi identificada a diversidade como uma potencialidade que proporciona à

Revista Ambiente & Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG
v. 28, n. 01, Julho de 2023.
Recebido em: 03/06/2022
Aceito em: 30/06/2023

comunidade de aprendizado a possibilidade do fortalecimento das identidades múltiplas e o respeito e a valorização das diferenças" (PEA-TP, 2019, p. 6).

Também a equipe de socioeducadores e técnicos (regionais, locais, de apoio ao campo e de mobilização) apresenta grande pluralidade em seus perfis e currículos. Em relação ao percurso de escolaridade, esse conjunto de sujeitos possui desde a formação básica à pós-graduação em nível de doutorado. Porém, a formação para a ação empreendida pelo projeto, por meio de estudos semanais e seminários de formação em que são priorizadas leituras científicas, debates e reflexões, contribui sobremaneira para o crescimento desses sujeitos e maior compreensão do seu papel como socioeducadores no campo em que atuam. Essas ações formativas são desenvolvidas com acompanhamento de uma equipe pedagógica e gestora.

Dentre esses sujeitos – socioeducadores e equipe técnica, observou-se grande respeito pelas trajetórias de cada um, conhecimentos, vivências em programas de educação ambiental e movimentos sociais. A contribuição de cada membro é valorizada e pontos de vista são analisados à luz da práxis freireana. Interessante destacar quem são os agentes de mobilização: são membros dos NVCs que passam a atuar na qualidade de bolsistas, junto à equipe técnica e aos socioeducadores, motivando a participação dos grupos e representações comunitárias de acordo com o perfil definido.

A pesquisa também ocupa espaço importante no campo da educação não formal, pois ela sustenta, por meio de seus achados, o campo da práxis educativa e nutre os grupos de dados e informações necessárias à ação e intervenção dos sujeitos em suas incidências públicas, tais como participação em fóruns de discussão pública, proposição de políticas, reivindicações e demais ações que envolvem, por exemplo, o controle social.

Como projeto situado na esfera da educação não formal, o projeto TP também possui, dentre seus SAEs, um grupo de pesquisadores que contribui, sobretudo, para as ações pedagógicas, desvelando aspectos que incidem e contribuem para o alcance dos objetivos. As pesquisas, em desenvolvimento, já vêm produzindo conhecimentos necessários aos diálogos e discussões nas

Revista Ambiente & Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG
v. 28, n. 01, Julho de 2023.
Recebido em: 03/06/2022
Aceito em: 30/06/2023

ações educativas e contribuído para estudos no campo da educação ambiental crítica assim como das rendas petrolíferas e do controle societal.

O ENGAJAMENTO DOS SUJEITOS NA AÇÃO PEDAGÓGICA NO CAMPO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA NÃO FORMAL: OS DESAFIOS ENFRENTADOS NA PANDEMIA

A efetividade no alcance dos objetivos da ação educativa de qualquer projeto no campo da educação não formal e, no caso deste estudo, o projeto TP, depende do engajamento e da permanente participação dos SAEs nas ações.

O termo engajamento, num contexto mais geral, pode estar relacionado ao comprometimento e à atitude de empenho para o desenvolvimento de uma ação. De qualquer forma, seu sentido está associado às razões que mobilizam os indivíduos para uma ação. No campo educacional, Costa e Côrte Vitória (2017) afirmam que o engajamento

> é visto como um processo multidimensional que engloba, sobretudo, as dimensões afetiva, comportamental e cognitiva dos indivíduos que, quando mobilizadas conjuntamente, permitem o envolvimento efetivo (COSTA; CÔRTE VITÓRIA, 2017, p. 2262).

Trowler (2010), também aborda essas dimensões do engajamento. Sobre a dimensão do comportamento observável, por exemplo, o autor associa à frequência, o envolvimento e dedicação com que as pessoas desenvolvem as ações nas quais estão engajadas; a emocional, são aquelas, segundo ele, ligadas à afetividade e sentimento de pertença e a cognitiva, a que ocorre quando o sujeito investe conhecimentos e busca superar prognósticos para cumprir requisitos exigidos para o desempenho da ação.

O engajamento foi um termo muito discutido pelos pesquisadores, ao intentarem encontrar um conceito que melhor definisse a relação dos SAEs com os NVCs e com o projeto. Após percorrerem, em suas discussões e reflexões, os sentidos que melhor retratassem essa necessária relação, chegaram ao conceito com o qual operamos neste estudo, aquele definido como “engajamento para a vigília cidadã”.

Consideramos que esse engajamento tem uma robusta face política na qual os sujeitos, a partir da conscientização de seu lugar de enfrentamento e

Revista Ambiente & Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG
v. 28, n. 01, Julho de 2023.
Recebido em: 03/06/2022
Aceito em: 30/06/2023

disputas numa realidade, por vezes conflituosa, exercem sua cidadania ao lutar pela transformação de estruturas sociais injustas. Em seu caráter multidimensional, esse engajamento possui também motivações afetivas que são desenvolvidas nas relações que os sujeitos estabelecem e nutrem entre si no tempo de convivência nas ações educativas. O engajamento na ação educativa, assim considerado, ultrapassa o conceito de permanecer no sentido de estar fisicamente, mas envolve um grau de participação cuja presença e envolvimento não se reduzem ao estar presente.

No período da pandemia as relações interpessoais necessárias às trocas de informações, a problematização e os diálogos sobre a realidade, para a construção coletiva de práticas sociais que caracterizam ações pedagógicas no campo da educação não formal, foram fortemente impactadas. Os projetos de educação ambiental não formais como, por exemplo, o projeto TP, passaram a realizar suas reuniões ordinárias e demais eventos pedagógicos de modo remoto. No caso da educação ambiental crítica, do tipo não formal, esse desafio pareceu ter sido ainda mais potente, tendo em vista a natureza do público diversificado participante. Além das diferenças etárias, culturais, de gênero, dentre outras, a que damos destaque neste artigo é a escolaridade dos sujeitos.

No caso do projeto TP, as pessoas são oriundas de localidades impactadas pela exploração de petróleo e gás e há dentre eles pessoas jovens, adultas e idosas que não concluíram sua escolaridade básica e se encontram em grave defasagem idade/série. Esses SAEs, hipoteticamente, também possuem dificuldades na utilização de recursos tecnológicos e mesmo de leituras. Por essa razão, a estratégia utilizada pelo TP para o enfrentamento deste desafio foi a permanente formação e desenvolvimento de ações práticas de mobilização que favorecessem o engajamento dos SAEs nos NVCs e nas ações pedagógicas propostas. Recursos materiais e pedagógicos foram mobilizados para possibilitar os encontros e desenvolvimento dos temas. Dentre as ações práticas, o projeto municiou alguns dos SAEs de recursos tecnológicos (celular com acesso à internet) para a participação nas ações educativas e, por meio de pesquisas e estudos, buscou de modo criativo utilizar metodologias e

Revista Ambiente & Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG
v. 28, n. 01, Julho de 2023.
Recebido em: 03/06/2022
Aceito em: 30/06/2023

recursos pedagógicos que melhor atendessem às diversas realidades e perfis dos sujeitos.

A PESQUISA DE CAMPO: RESULTADOS E DISCUSSÃO

No caminho da pesquisa de natureza qualitativa, para a produção deste artigo, foi realizada, além da pesquisa bibliográfica, documental e da observação participante, uma pesquisa de campo com os socioeducadores que atuam nos dez NVCs do projeto TP. Para a pesquisa documental, além dos Planos de Trabalho, foram coletados dados também do documento "Quem Somos" produzido pelo TP na sua fase II e o da fase III. Nesses documentos foi possível encontrar informações importantes sobre o perfil dos SAEs, membros dos NVCs. A coleta de dados realizada na pesquisa de campo, teve como instrumento um questionário com perguntas abertas e fechadas encaminhadas por e-mail para os socioeducadores responsáveis por duplas de municípios e para os de campo - aqueles e aquelas responsáveis municipalmente por cada NVC. Foram enviados questionários para um total de quinze participantes, que responderam prontamente. A opção por aplicar o questionário apenas aos socioeducadores do projeto levou em consideração a dificuldade dos sujeitos educandos com baixa escolaridade de participar diretamente da pesquisa por se encontrarem em situação de isolamento social. Porém, os dados de perfil e de participação em movimentos sociais relativos a esses sujeitos foram obtidos na pesquisa "Quem Somos" (Fase III), já mencionada, desenvolvida pelo projeto TP.

A leitura dos dados coletados por meio de questionário com os quinze socioeducadores do projeto TP, bem como sua análise, dizem respeito às informações obtidas pela pesquisa realizada nos NVCs dos dez municípios do estado do Rio de Janeiro, participantes do TP, sendo eles: Arraial do Cabo, Cabo Frio, Armação dos Búzios, Rio das Ostras, Casimiro de Abreu, Carapebus, Macaé, Quissamã, Campos dos Goytacazes e São João da Barra. As questões apresentadas e que são condutoras das análises, foram organizadas em categorias, propostas previamente, e que versaram sobre: 1. A frequência e participação dos SAEs às reuniões ordinárias (espaços educativos) remotas

Revista Ambiente & Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG
v. 28, n. 01, Julho de 2023.
Recebido em: 03/06/2022
Aceito em: 30/06/2023

durante a pandemia; 2. A relação da escolaridade dos membros dos NVCs com a participação nas reuniões remotas; 3. O engajamento nas incidências de controle social resultantes da ação educativa e a relação com a escolaridade.

1. **A frequência e participação dos SAEs às reuniões ordinárias (espaços educativos) remotas durante a pandemia** - é importante informar que durante a fase II do projeto (anos 2017-2019), quando as atividades foram todas desenvolvidas no modo presencial, participavam da ação educativa 153 pessoas distribuídas pelos dez NVCs. Já na fase III, ora em análise, com base nas atividades de observação participante nas reuniões ordinárias e consulta ao Relatório Quem somos da fase III, pode-se afirmar que no período do isolamento social, participaram 108 pessoas. Percebe-se, portanto, que no total do número de participantes das ações educativas do projeto houve uma queda na ordem de 29,41%.

A diminuição no número de participantes em ações educativas no período da pandemia não foi um fato isolado em relação a outras atividades da vida humana nesse tempo, nem exclusivo da educação não formal. Pesquisadores que se debruçam sobre a situação de processos educacionais tanto da educação formal quanto da educação exercida em movimentos sociais durante a pandemia, analisam que houve grande preocupação e esforço em se adaptar às novas exigências impostas pelo isolamento social. Como exemplo, citamos Ramalho (2021), que em seu estudo sobre a "Educação Remota e Movimentos Sociais: o curso de Comunicação Popular e Rede Social da ENFF do MST" argumenta que "com a pandemia do novo covid-19, o Brasil precisou se (re)adaptar usando novos meios para realizar reuniões por vídeo chamada" (RAMALHO, 2021, p.85). Isto foi revelado no esforço que tiveram que empreender instituições educativas, tanto no campo formal quanto não-formal, para vencer as exigências do ensino remoto e tentar impedir um importante percentual de evasões.

2. **Relação escolaridade dos membros dos NVCs com a participação nas reuniões remotas** - segundo os dados do "Quem Somos" da fase II (2019), o número de pessoas sem a escolaridade básica concluída que participava do

Revista Ambiente & Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG
v. 28, n. 01, Julho de 2023.
Recebido em: 03/06/2022
Aceito em: 30/06/2023

projeto naquela fase, quando as ações eram presenciais, somava 31 pessoas, o que correspondeu a 20,3% dos participantes do projeto. Já na fase III, no período remoto, de acordo com os dados do "Quem Somos" da mesma fase, o número de membros nessa situação de escolaridade era de 23 pessoas, o que correspondeu a 21,3% dos membros.

Ao analisar o perfil dos membros sem escolaridade básica concluída no tempo considerado regular, de acordo com as informações do "Quem Somos" da fase III, quando as ações ocorreram de forma remota, verificamos que dentre esses sujeitos 1 (um) é jovem, 18 (dezoito) são adultos e 4 (quatro) são idosos. Em relação à escolaridade, 1 (uma) membra é analfabeta, 17 (dezessete) só possuem o ensino fundamental e 5 (cinco) o médio incompleto. Dentre esses indivíduos, 7 (sete) são do sexo masculino e 16 (dezesseis) do sexo feminino. Sem pretender adentrar numa reflexão sobre gênero, mas diante da constatação do protagonismo das mulheres em projetos e ações sociais, em especial em espaços educacionais, destacamos uma referência de Gohn (2009), sobre a participação das mulheres em projetos sociais. Sobre isso, a autora afirma que: "[...] Elas são a maioria, mas elas são invisíveis: enquanto mulheres e enquanto relação de gênero". Segundo a autora, são as mulheres que "[...] têm construído, nas últimas décadas, o maior movimento social que se tem notícia - o movimento de colocar a sociedade em ação" (GOHN, 2009, p. 39).

Um dado importante revelado pela pesquisa é que participantes de projetos educativos no campo da educação não formal, geralmente participam de outros projetos sociais. No caso dos sujeitos investigados, 18 (dezoito) participam de outros projetos e movimentos sociais: 6 (seis) homens e 12 (doze) mulheres, enquanto que apenas 1 (um) homem e 4 (quatro) mulheres não participam. Esses dados de perfil são importantes, pois revelam que o engajamento de pessoas com grande diversidade em projetos no campo da educação não formal é favorecido pelas vivências e saberes construídos por esses sujeitos em suas experiências em outros espaços de luta e de aprendizagens. Gohn (2009) destaca que:

> a educação não-formal é uma ferramenta importante no processo de formação e construção da cidadania das pessoas, em qualquer nível

Revista Ambiente & Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG
v. 28, n. 01, Julho de 2023.
Recebido em: 03/06/2022
Aceito em: 30/06/2023

> social ou de escolaridade. Entretanto, quando ela é acionada em processos sociais desenvolvidos junto a comunidades carentes socioeconomicamente, ela possibilita processos de inclusão social no resgate da riqueza cultural daquelas pessoas, expresso na diversidade de práticas, valores e experiências anteriores (GOHN, 2009, p. 42).

A autora também menciona que "um dos principais sujeitos da sociedade civil organizada são os movimentos sociais" (GOHN, 2009, p.35), fato que corrobora com os achados da pesquisa. Segundo a autora, os conteúdos dos processos educacionais que envolvem movimentos sociais dizem respeito a temas e conflitos relacionados a "[...] gênero, etnia, nacionalidade, religiões, portadores de necessidades especiais, meio ambiente, qualidade de vida, paz, direitos humanos, direitos culturais etc." (GOHN, 2009, p.35).

A diversidade no perfil dos SAEs tem se revelado como elemento de grande potencialidade e riqueza para as ações educativas do tipo não formal, fato que constatamos no projeto TP. Foi possível observar nas reuniões ordinárias, onde o processo pedagógico se desenvolve, que os saberes escolares pouco interferem na objetividade das problematizações e diálogos construídos na ação educativa, pois os saberes construídos nas vivências em outros projetos bem como as experiências nos enfrentamentos dos conflitos sociais é que têm melhor qualificado a participação dos sujeitos. No campo da educação não formal, os conhecimentos construídos objetivam promover nos indivíduos a condição para intervirem em suas realidades, de modo a apreendê-las e transformá-las. Sobre isso, também recorremos a Gohn (2006) ao defender que,

> É preciso desenvolver saberes que orientem as práticas sociais, que construam novos valores, aqui entendidos como a participação de coletivos de pessoas diferentes com metas iguais. Isto tudo está no campo da educação não-formal (GOHN, 2006, p. 36).

Também perguntamos aos socioeducadores sobre as dificuldades que esses membros sem escolaridade básica encontraram para acessar as reuniões remotas. Segundo as informações deles, apenas três não apresentaram dificuldades, os demais, em número de vinte, só apresentaram no início das ações educativas remotas. As dificuldades encontradas foram as de natureza tecnológica. Sobre isso alegaram problemas para acessar a internet; no uso do

Revista Ambiente & Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG
v. 28, n. 01, Julho de 2023.
Recebido em: 03/06/2022
Aceito em: 30/06/2023

aplicativo meet no aparelho celular - abrir e fechar a câmera e o microfone, levantar a mão e clicar no link para ingressar na reunião. Segundo as respostas do questionário, as dificuldades foram sanadas com o apoio da equipe técnica e/ou alguém da casa do membro. Dentre as respostas dos(as) socioeducadores encontramos: “inicialmente a equipe técnica, depois alguém da casa do integrante”; “técnica local e a agente de mobilização buscam entrar em contato pelo Whatsapp, ou até mesmo por chamada telefônica, explicando como entrar na reunião”. (respostas de socioeducadores do projeto TP)

Em nossa observação, já após um ano de trabalhos remotos, os membros, mesmo aqueles com menor escolaridade, pareciam estar acostumados com aquele novo modo de interagir com o mundo e com os seus grupos sociais. Por vezes, ouvíamos um ou outro membro abordar a dificuldade de participar de vários eventos ao mesmo tempo, tendo em vistas que as agendas de participação em mais de um projeto ou compromisso social se sobrepunham obrigando-os a estarem sintonizados em mais de uma reunião online ao mesmo tempo, atrapalhando a participação, o que para eles era um ponto negativo.

A participação é um conceito fortemente presente na educação não formal. Segundo Diaz Bordenave (1983), a participação é “um estado de espírito e um modo de relacionamento entre as pessoas” (DIAZ BORDENAVE, 1983, p. 08). Para o autor, a “participação facilita crescimentos da consciência crítica da população, fortalece poder de reivindicação e prepara para adquirir mais poder na sociedade” (DIAZ BORDENAVE, 1983, p.12). Consideramos, portanto, que a participação dos sujeitos em ações educativas nesse campo é um aspecto importante a ser analisado e, por isso, este foi um elemento que destacamos nesta análise.

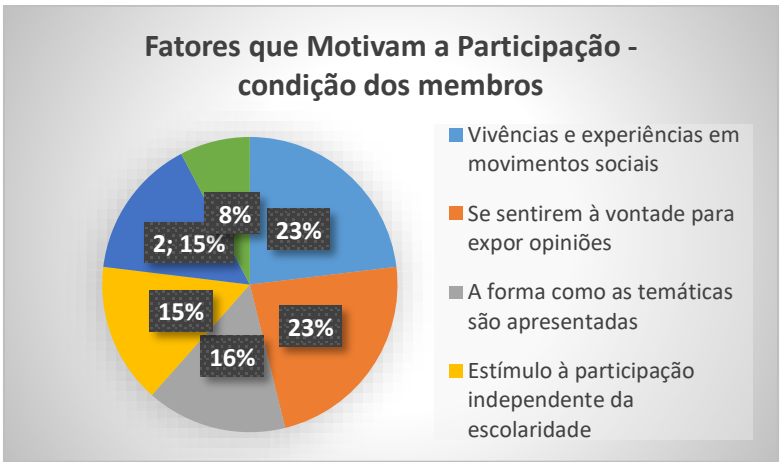
Sobre participação, entendemos, neste estudo, o envolver-se nos diálogos com posicionamentos, opiniões, sugestões e dúvidas. Tomando como referência o projeto TP, analisamos que a participação nas atividades educativas, no período remoto, pelos SAEs que não possuem escolaridade básica concluída, de acordo com os dados do questionário, foram consideradas satisfatórias, tendo em vista que em quatro NVCs foi avaliada como muito boa, pois todos nesta

Revista Ambiente & Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG
v. 28, n. 01, Julho de 2023.
Recebido em: 03/06/2022
Aceito em: 30/06/2023

situação ficaram atentos, dialogaram o tempo todo, emitiram opinião, questionaram e sugeriram; em três núcleos foi considerada boa, uma vez que a maioria dos membros nesta situação ficou atenta, emitiu opinião, questionou e sugeriu; em dois núcleos foi apontada como regular - poucos membros nesta situação permaneceram atentos, dialogaram, emitiram opinião, questionaram e sugeriram. Sobre isto, em nenhum NVC a participação foi avaliada como fraca, não havendo qualquer participação dos membros com esse perfil de escolaridade.

Os questionários também revelaram as opiniões dos socioeducadores sobre os fatores que contribuíram para a efetiva participação dos sujeitos que estão no grupo dos que apresentam boa participação. Constatamos que entre os comentários sobre a maior participação, seis se referiram às condições dos membros e quatro consideraram o próprio esforço da equipe. Os gráficos 1 e 2 abaixo demonstram os fatores relacionados às condições dos sujeitos e às ações da equipe dos socioeducadores que contribuíram para que a participação dos membros se mantivesse ativa.

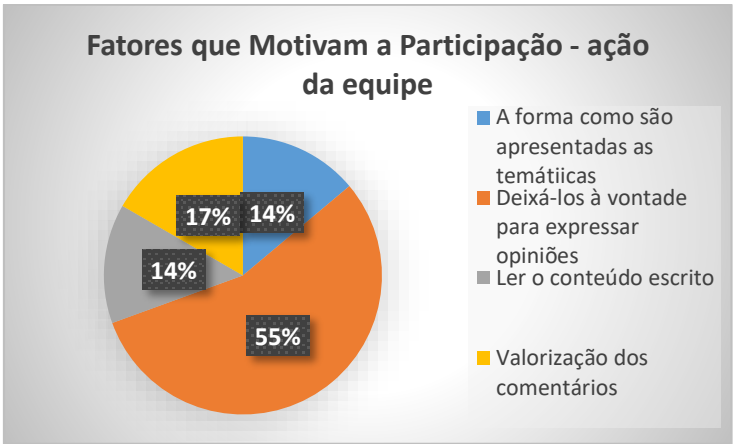
Gráfico 1: Fatores pessoais dos membros que motivam a participação



Fonte: Produzido pela autora (2023)

Gráfico 2: Ações da equipe técnica que motivam a participação dos membros

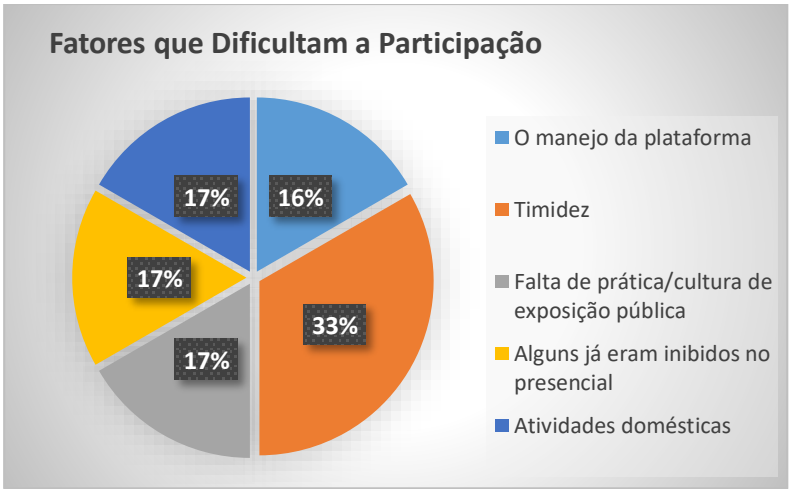
Revista Ambiente & Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG
v. 28, n. 01, Julho de 2023.
Recebido em: 03/06/2022
Aceito em: 30/06/2023



Fonte: Produzido pela autora (2023)

Em relação aos motivos que os pesquisados apontaram sobre a participação regular dos membros com menor escolaridade em relação aos demais, os percentuais que seguem, no gráfico 3 abaixo, apontam para a frequência com que foram citados:

Gráfico 3: Fatores que dificultam a participação dos membros



Fonte: Produzido pela autora (2023)

Dentre algumas alusões exemplificamos: “o formato virtual inibiu a participação de algumas pessoas”; “se sentirem temerosos em dizer algo ‘errado’”; “uma membra que costumava ser muito participativa, no modelo remoto, tentava “não abrir o áudio, ou até mesmo a câmara porque no momento

Revista Ambiente & Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG
v. 28, n. 01, Julho de 2023.
Recebido em: 03/06/2022
Aceito em: 30/06/2023

da reunião existe muita atividade no mesmo cômodo, pessoas falando, crianças, e isso também afeta a participação" (socioeducadores do projeto TP).

Esta última argumentação parece revelar um dos desafios que foram vivenciados nas ações educativas remotas em qualquer nível ou instância educativa. Independente da escolaridade foi comum observar pessoas presentes na reunião, porém envolvidas com coisas paralelas: outras agendas (outras reuniões), trabalhos manuais, movimento da casa (em especial as mulheres), se alimentando, cochilando, assistindo televisão simultaneamente, quando não desligavam a câmera e o áudio e permaneciam no silêncio.

Para sujeitos cuja fragilidade na leitura, escrita e compreensão de conceitos decorrem da insuficiente escolaridade, a ação pedagógica remota tornou-se mais complexa, pois não acontece a interação presencial que favorece a empatia e a colaboração entre os SAEs, tal como o recurso da "zona proximal", dificultando o processo psico-cognitivo. Permanecer em ações pedagógicas dessa natureza pouco contribui para o engajamento em ações e práticas sociais e, nesses casos, se sobrepõem outros fatores de natureza mais subjetiva. Quando os sujeitos, mesmo com baixa escolaridade, já estão engajados em práticas sociais e possuem razões objetivas para a participação, suas experiências e vivências facilitam a construção de conhecimentos e agem como motivadoras para a permanência no engajamento.

A observação nas ações educativas remotas desenvolvidas nos NVCs nos permite analisar que o protagonismo dos sujeitos da educação não formal em práticas sociais junto à comunidade e ao poder público (conselho, associação, etc.) favorece o engajamento desses sujeitos nas ações educativas. Estas ações são para eles fonte de informação e produção de conhecimentos que os qualifica para a participação neste e em outros espaços.

Percebemos, também, que temáticas que ecoam em suas situações cotidianas de vida, tais como as que envolvem políticas públicas, saneamento, iluminação, transporte, associativismo e orçamento público, despertam a atenção e o interesse dos sujeitos engajados em projetos ou movimentos sociais. A vivência em outros PEAs ou movimentos sociais agrega nesses sujeitos

Revista Ambiente & Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG
v. 28, n. 01, Julho de 2023.
Recebido em: 03/06/2022
Aceito em: 30/06/2023

conhecimentos, diferentes visões da realidade, linguagem qualificada e foco – aprendizagens que necessariamente não tem a ver com sua escolaridade.

3. **O engajamento nas incidências de controle social resultantes da ação educativa e a relação com a escolaridade** - Importante mencionar que o resultado das ações educativas em processos pedagógicos da educação não formal e, no caso em estudo, em projetos da educação ambiental crítica para a gestão ambiental pública, implica na incidência de ações de intervenção ou transformação das estruturas sociais injustas da realidade e dos conflitos vividos por grupos sociais impactados por ações de exploração de recursos naturais e, sobretudo, de conflitos socioambientais. Nesse sentido, os socioeducadores foram questionados sobre a existência de incidência dos SAEs em seus municípios, resultantes dos diálogos e dos conhecimentos construídos durante o período remoto, ao que todos responderam que sim.

Das incidências mencionadas, sem discriminar a escolaridade dos participantes, as atividades mais apontadas pelos sujeitos da pesquisa, aqui apresentadas acompanhadas do percentual com que surgiram foram: 22% apontaram o ingresso de membros dos NVCs em Conselhos municipais; 15% participação em conferências; 12% em reuniões de Conselhos; 12% em audiências públicas; 9% tiveram presença em sessões nas Câmaras de Vereadores; 9% declararam participação em reuniões públicas; 9% participação em construção de anti minuta e propostas de projetos de lei; 6% na efetivação de solicitação de informações no Sistema Eletrônico de Informações ao Cidadão (e-SIC); 3% se envolveram na realização de abaixo-assinado e 3% efetivou reclamação na Ouvidoria municipal.

Sobre o engajamento dos membros sem a escolaridade básica concluída nas incidências práticas de controle social, as respostas indicaram que em 60% dos NVCS não houve participação desses membros e em 40% sim. Sobre os motivos da não participação dos membros com o perfil da escolaridade incompleta, 50% dos respondentes não souberam informar. Nas respostas dos outros 50% surgiram: 20% das respostas apontaram o fato de estar no modelo remoto; 20% a insegurança desses sujeitos em participar em outros espaços

Revista Ambiente & Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG
v. 28, n. 01, Julho de 2023.
Recebido em: 03/06/2022
Aceito em: 30/06/2023

públicos que não o NVC e 10% a incompatibilidade de horário com as atividades municipais.

Analisando comparativamente os dados relacionados à participação das pessoas com menor escolaridade básica nas ações educativas e seu engajamento nas incidências ou ações práticas no controle social, percebemos que, enquanto os primeiros indicaram participação satisfatória, no segundo caso, esta foi menor. Este fato talvez possa se justificar se considerarmos que a maioria dos membros dos NVCs com menor escolaridade ainda estejam em processo de conquista de sua autonomia e, por ora, se sintam mais preparados a se engajarem nas ações que são desenvolvidas no interior dos NVCs, tais como reuniões ordinárias, seminários e simpósios promovidos pelo projeto e, também, na organização de eventos comunitários.

Um aspecto que consideramos relevante e que esteve presente em nossas observações, mesmo no período das atividades remotas, foi o desenvolvimento da afetividade, do respeito e do cuidado entre si, o que os mantêm unidos. Entretanto, talvez não se sintam ainda preparados para uma intervenção em outros espaços públicos que exigem diálogos e enfrentamentos qualificados com instâncias de poder como são, por exemplo, os debates com a gestão pública municipal. Para tais incidências exige-se o domínio de certas habilidades, dentre elas a fluência no mundo letrado e o uso adequado e qualificado de determinados termos técnicos. O processo educativo é, por sua natureza, movimento gradual e permanente, transformações não ocorrem de forma automática, o tempo de amadurecimento tanto individual como coletivo é particular de cada indivíduo. Quando se trata do desenvolvimento educacional em grupos sociais diversos, como ocorre em projetos da educação ambiental crítica do tipo não formal, há que se considerar e respeitar as especificidades dos sujeitos da ação.

CONCLUSÃO

O artigo pretendeu motivar reflexões sobre o engajamento de sujeitos com perfil de escolaridade básica incompleta, em ações educativas desenvolvidas no

Revista Ambiente & Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG
v. 28, n. 01, Julho de 2023.
Recebido em: 03/06/2022
Aceito em: 30/06/2023

campo da educação não formal, em especial, em projetos de educação ambiental, em tempos de pandemia. A inusitada situação de isolamento social criada pelo alastramento mundial do coronavírus e suas variantes, propagando a Covid-19, impôs desafios à educação tanto do tipo formal quanto não formal que, nesse período, passaram a desenvolver suas ações pedagógicas de forma remota com usos de tecnologias digitais e recursos tecnológicos do campo da informação e comunicação.

O ensino remoto foi um grande desafio para os projetos educacionais do tipo não formal e da educação popular dadas as características dos sujeitos e das ações pedagógicas desenvolvidas. Mantê-los engajados nas ações educativas e nas ações práticas de controle social exigiu, segundo as informações dos socioeducadores participantes da pesquisa, grande empenho, buscas sistematizadas sobre metodologias, formação, estudo e empatia.

Tomando por base o projeto TP, tendemos a considerar, com base nos achados da pesquisa, que houve uma diminuição na participação de sujeitos e grupos sociais em ações educativas durante o período das atividades remotas no campo da educação não formal. Em relação ao referido projeto de educação ambiental, houve uma sensível diminuição no número de participantes entre a fase presencial e o período de ações remotas.

O número de pessoas com a escolaridade básica incompleta, embora não pareça expressivo, constitui-se num público que muito contribui para os diálogos, tendo em vista que a sua diversidade. Analisando o perfil desses sujeitos com menor escolaridade constatamos a maior presença de pessoas adultas e de mulheres envolvidas em lutas, representantes de movimento sociais e de outros projetos do Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos (PEA-BC). Esses sujeitos, com suas experiências e vivências em participação em movimentos sociais, apresentam saberes próprios e fundamentais para as problematizações e para os debates sobre as situações desafiadoras. Neste lugar, o saber escolar parece não ser pré-requisito para a solidez dos diálogos e para o exercício do controle social. O que nos levou a concluir que a participação dessas pessoas em diferentes movimentos sociais, associações, conselhos,

Revista Ambiente & Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG
v. 28, n. 01, Julho de 2023.
Recebido em: 03/06/2022
Aceito em: 30/06/2023

dentre outras representações, contribui fortemente para o seu engajamento nas ações educativas, pois estes espaços pedagógicos são lugares de troca e de aprendizado.

Também foram apontados pela pesquisa os desafios que os sujeitos da ação educativa (educadores e educandos) tiveram que enfrentar para o desenvolvimento das ações pedagógicas. Estes estiveram relacionados às condições de natureza tecnológica e pessoais. Os socioeducadores precisaram buscar recursos e formas didáticas, sem ferir os princípios da educação popular, para mobilizar e manter os membros dos NVCs engajados na ação educativa.

Os resultados das incidências ou desenvolvimento de ações práticas no controle social apontadas, indicam a efetividade da ação educativa no campo da educação não formal, em especial das ações desenvolvidas pelo projeto TP. Sobre este ponto, os resultados demonstraram que os sujeitos da pesquisa, aqueles com menor escolaridade básica, tiveram uma menor participação em ações fora do contexto dos seus NVCs, indicando, conforme a pesquisa, timidez e insegurança em participar em outros espaços em que precisam dialogar com instâncias de poder. O fato de o período do isolamento social priorizar atividades remotas na maioria dos setores da vida em sociedade, também foi apontado como outro elemento que dificultou a maior participação dos menos letrados. Importante destacar que, segundo a avaliação dos socioeducadores, a menor participação nas incidências não significou menor engajamento nas ações educativas e sim um caminhar para o amadurecimento e autonomia desses sujeitos para o exercício da vigília cidadã e do controle social.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Carolina Pires de; PICCININI, Claudia Lino. Educação Ambiental na Base Comum Curricular: retrocessos e contradições e o apagamento do debate socioambiental**. IX EPEA- Encontro Pesquisa em Educação Ambiental**. Juiz de Fora: MG, de 13 a 16 de agosto de 2017.

BENDRATH, Eduard. **A educação Não-Formal a Partir dos Relatórios da UNESCO**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação da FCT/UNESP. 2014.

Revista Ambiente & Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG
v. 28, n. 01, Julho de 2023.
Recebido em: 03/06/2022
Aceito em: 30/06/2023

COSTA, Priscila Trarbach; CORTE VITÓRIA, Maria Inês. C. **Engajamento acadêmico: apostes para os processos de avaliação da educação superior**. In: Educere Congresso Nacional De Educação, 13. 2017, Curitiba/PR: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2017.

DIAZ BORDENAVE, Juan. Enrique. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 1983. (Col. primeiros passos; 95).

FREIRE, Paulo. **Conscientização. Teoria e prática da libertação:** uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal e cultura política:** impactos sobre o associativo do terceiro setor. 2 ed. São Paulo, Cortez. 2001.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas, **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.,** Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p.27- 38, jan./mar.2006.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, educador(a) social e projetos sociais de inclusão social. **Meta: Avaliação** | Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 28-43, jan./abr. 2009

GOHN, Maria da Glória. Educação Não Formal: direitos e aprendizagens dos cidadãos (ãs) em tempos do coronavírus. **Revista Humanidades e Inovação** v.7, n.7.7 – 2020

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Para onde vai a educação ambiental? O cenário político-ideológico da educação ambiental brasileira e os desafios de uma agenda política crítica contra-hegemônica. **Revista Contemporânea de Educação**, vol. 7, n. 14, agosto/dezembro de 2012.

LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. As Microtendências Político-Pedagógicas da educação Ambiental Brasileira**. Ambiente & Sociedade** n. 1, São Paulo, v. XVII, p. 23-40, jan./mar. 2014.LOUREIRO. C. F. B. Premissas teóricas para uma educação ambiental transformadora. Ambiente e Educação, Rio Grande, 8: 37-54, 2009. Disponível em https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/897. Acesso em 13 de abril de 2022.

MAGALHÃES, Noa; LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo A Institucionalização da educação Ambiental no Licenciamento: uma política para a participação social na gestão ambiental pública. **Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 11 n. 1, p. 125 – 137, 2016.

NOTA TÉCNICA: CGPEG/DILIC/IBAMA 001/10. Disponível em http://www.pea-bc.ibp.org.br/. Acesso em 4 de set. de 2021.

OLIVEIRA, Ariana Reis Messias Fernandes de et al. Educação Ambiental: ações e experiências em espaço educativo não formal em tempo de pandemia. **Revista Macambira**, v. 5, n. 1 (2021). Disponível em revista. https://lapprudes.net/index.php/RM/article/view/556. Acesso 15 de maio de 2022.

PEA-BC**. Relatório do Diagnóstico Participativo do Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos***.* Versão resumida. Soma, Petrobras, Ibama, 2012.

PLANO DE TRABALHO DO PROJETO TERRITÓRIOS DO PETRÓLEO: Royalties e Vigília Cidadã na Bacia de Campos. Fase I, 2013. Disponível em: https://territoriosdopetroleo.eco.br/index.php/apresentacao/, Acesso em 12 de set. de 2021.

PLANO DE TRABALHO DO PROJETO TERRITÓRIOS DO PETRÓLEO: Royalties e Vigília Cidadã na Bacia de Campos. Fase II, 2016. Disponível em: https://territoriosdopetroleo.eco.br/index.php/apresentacao/, Acesso em 12 de set. de 2021

PLANO DE TRABALHO DO PROJETO TERRITÓRIOS DO PETRÓLEO: Royalties e Vigília Cidadã na Bacia de Campos. Fase III, 2019. Disponível em: https://territoriosdopetroleo.eco.br/index.php/apresentacao/, Acesso em 12 de set. de 2021.

RAMALHO, Ramon Rodrigues. Educação Remota e Movimentos Sociais: o curso de Comunicação Popular e Rede Social da ENFF do MST. In: LACERDA, Tiago Eurico; GRECO JUNIOR, Raul (org). **Educação remota em tempos de pandemia:** ensinar, aprender e ressignificar a educação [livro eletrônico].1. ed. Curitiba/PR: Editora Bagai, 2021

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova.** São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

TROWLER, Vicki. **Student engagement literature review**. York: Higher Education Academy, 2010. Disponível em: https://www.heacademy.ac.uk/system/files/studentengagementliteraturereview_1.pdf. Acesso em: 2 de set. de 2021.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. (1984) **A Formação Social da Mente.** São Paulo: Martins Fontes.

Revista Ambiente & Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG
v. 28, n. 01, Julho de 2023.
Recebido em: 03/06/2022
Aceito em: 30/06/2023